

PALERMO EMPREENDIMENTOS E
PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

PALERMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores da
Palermo Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações financeiras da Palermo Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas da Administração, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Palermo Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

Ressalvas da investida Suportemed Distribuidora Comércio e Representação Comercial S.A.

Conforme Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía investimentos na Suportemed Distribuidora Comércio e Representação Comercial S.A. ("Suportemed" ou "controlada") no valor de R\$ 86.909 que representava 119% do patrimônio líquido da Companhia. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Suportemed foram auditadas por nós, com relatório emitido em 30 de abril de 2026 com as seguintes ressalvas sobre: (i) limitação nos saldos de abertura; (ii) Inadequada contabilização de combinação de negócios via reorganização societária; (iii) Investimento não auditado; (iv) Incerteza relevante de investimentos em controladas; e (v) Em 31 de dezembro de 2025 a Suportemed possuía investimentos na DRS Administração de Estoques Ltda. no valor negativo de R\$ 37.643, que representava 143% do patrimônio líquido da Suportemed, e as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da DRS Administradora de Estoques Ltda. foram auditadas por nós, com relatório emitido em 30 de abril de 2026 com as seguintes ressalvas sobre: (a) limitação nos saldos de abertura; (b) limitação nas transações com partes relacionadas; e (c) ausência de avaliação de continuidade operacional. Consequentemente, não foi possível concluir, nem por meio de procedimentos alternativos, sobre os possíveis efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras da Palermo Empreendimentos e Participações S.A.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Mauro de Almeida Ambrósio', is written over a horizontal line.

Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1 SP 199692/O-5

PALERMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2025
Circulante		
Disponibilidades	6	4.081
Tributos a recuperar	7	44
Valores a receber - Partes Relacionadas		2
		<u>4.127</u>
Não circulante		
Dividendos a receber	8	590
		<u>590</u>
Investimentos	8	86.909
Investimentos		<u>86.909</u>
Total do ativo		<u><u>91.626</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PALERMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025
Circulante		
Tributos a recolher	9	2
Dividendos a pagar	12	2.000
Obrigações por aquisição	10	16.810
		18.812
Patrimônio líquido		
Capital social	12	85.000
Capital social a integralizar		(22.912)
Reserva legal		734
Reserva de lucros		9.992
		72.814
Total do passivo e patrimônio líquido		91.626

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PALERMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2025
Receita de prestação de serviços		-
Outras receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	13	(76)
Resultado de equivalencia patrimonial	8	16.305
Lucro operacional		16.229
Receita financeira		262
Despesas financeiras	10	(1.810)
Resultado financeiro líquido	14	(1.548)
Lucro líquido do exercício		14.681

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PALERMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2025
Lucro líquido do exercício	14.681
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	14.681

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PALERMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	85.000	(22.912)	-	-	-	62.088
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.681	14.681
Destinação de resultados:						
Constituição de reserva legal	-	-	734	-	(734)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1.955)	(1.955)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Reserva de lucros	-	-	-	9.992	(9.992)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>85.000</u>	<u>(22.912)</u>	<u>734</u>	<u>9.992</u>	<u>-</u>	<u>72.814</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PALERMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	14.681
Obrigações por aquisição - Juros	1.810
Resultado de equivalência patrimonial	(16.305)
Variações nos ativos e passivos	
Tributos a recuperar	(44)
Tributos a recolher	2
Valores a receber - Partes Relacionadas	-2
Caixa gerado nas operações	(44)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	142
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição Suportmed	(75.149)
Dividendos recebidos	3.955
	(71.194)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Obrigações por aquisição	15.000
Dividendos pagos	(1.955)
Aumento de capital	62.088
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	75.133
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.081
No início do exercício	-
No final do exercício	4.081
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.081

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Palermo Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia” ou “Palermo”) é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, 14º andar, salas 1401 e 1402, Jardim Paulistano, no Estado de São Paulo, e foi constituída em 01 de outubro de 2024 e iniciou suas atividades operacionais em 26 de fevereiro de 2025. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, como acionista ou quotista.

A Palermo é controlada pelos fundos de investimento denominados Vinci Impacto e Retorno IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – IS e Vinci Impacto e Retorno IV Master P – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – IS, que detém a totalidade de suas ações.

Durante os meses de novembro de 2024 e fevereiro de 2025 a então controladora da DRS Group, a empresa Elfa Medicamentos S.A. (controlada por fundos geridos pela Pátria Investimentos) divulgou ao mercado, fatos relevantes relacionados ao processo de alienação de sua participação de 70,01% na DRS Group, para veículos de investimento geridos pela Vinci Compass.

Em 28 de fevereiro de 2025, foi concluída a operação de alienação da totalidade da participação de 70,01% da DRS Holding de Sociedades Empresariais, Financeiras, Mercados de Saúde, Entretenimento e Afins S.A. (“DRS Holding”), anteriormente detida pela Elfa Medicamentos S.A. para a Palermo Empreendimentos e Participações S.A., veículo de investimento integralmente controlado por fundos sob gestão da Vinci Compass.

Concomitantemente à transação, os sócios fundadores da DRS Holding, reforçaram sua participação por meio da conferência de quotas das sociedades Shield Equipamentos Técnicos Ltda. e Youvita Health Care Ltda., resultando na emissão de novas ações e na reorganização da estrutura societária.

Como resultado, os sócios fundadores da DRS Holding, passaram a deter 100% das ações ordinárias e aproximadamente 50,96% do capital total, caracterizando a retomada do controle societário. Logo a Palermo, passou a deter 49,04% da DRS Holding.

Em 30 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a reorganização societária do Grupo DRS, mediante a incorporação da DRS Holding de Sociedades Empresariais, Financeiras, Mercados de Saúde, Entretenimento e Afins S.A. pela Suportemed Distribuidora Comércio e Representação Comercial S.A. (“Suportemed” ou “Investida”), a qual se tornou eficaz nesta data.

Com a efetivação da incorporação, a totalidade do patrimônio líquido da DRS Holding foi vertida para a Suportemed e a Palermo passou a ter participação de 49,04% sobre a Suportemed (Nota 8).

A Investida tem o objetivo de centralizar as participações societárias e a gestão das operações das empresas que compõem o DRS Group, cuja origem remonta a 1995, com atuação inicial no fornecimento de medicamentos.

O DRS Group atua de forma integrada no setor farmacêutico e de ciências da vida, oferecendo soluções completas ao longo da cadeia de pesquisa clínica, logística e suporte ao paciente. Suas atividades incluem, principalmente:

- Fornecimento de medicamentos, insumos e equipamentos para pesquisa clínica;
- Serviços de armazenagem especializada, incluindo controle de temperatura, etiquetagem, cegamento, serialização e incineração;
- Transporte nacional e internacional de medicamentos, materiais biológicos e insumos;
- Assessoria aduaneira e operações de importação e exportação;
- Programas de suporte ao paciente (PSP) e serviços de home care;
- Montagem de kits laboratoriais ("Lab Kits") e soluções integradas para estudos clínicos.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos técnicos ("CPCs"), as interpretações técnicas ("ICPC") e as orientações técnicas ("OCPC") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1) na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia e de sua controlada em conjunto.

Em 26 de maio de 2026, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldo de caixa, contas correntes bancária e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2. Investimento em coligadas

Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as práticas contábeis das coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

3.3. Empréstimos e obrigações

Empréstimos e obrigações são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Os empréstimos são posteriormente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor recebido (líquido dos custos de transação) e o valor de resgate é reconhecida no resultado do período dos empréstimos, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

O CPC emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas *pelo Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no CPC 02 (R2) e no CPC 37 (R1). Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

3.5. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis:

Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Ademais, há alterações consequentes em vários outros padrões.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

- A participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado;
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com o CPC 51 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o CPC 26 (R1); e

- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2).

As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações:

Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis.

A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A aplicação da referida norma, até o momento, não será elegível pela Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros:

As alterações introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Tais alterações deverão ser incorporadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio de revisões nos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação;
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados;

- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. No entanto, a Companhia continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

Melhorias anuais às normas contábeis IFRS – Volume 11:

O International Accounting Standards Board – IASB emitiu 9 alterações de escopo limitado, que abrangem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: (i) IFRS 1 - Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das normas internacionais de contabilidade); (ii) IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7; (iii) IFRS 9 - Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos financeiros); (iv) IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas); e (v) IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de Caixa).

Em decorrência das alterações citadas, o CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões nos respectivos pronunciamentos. Os efeitos terão início em ou pós 1º janeiro de 2026.

Não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras em decorrência das alterações.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais:

As alterações somente se aplicam a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos;
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos;
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Tais alterações terão início em ou pós 1º janeiro de 2026, sendo sua adoção antecipada permitida desde que divulgada. Em convergência com as normas internacionais, o CPC deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1).

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. No entanto, a Companhia continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

4. Gerenciamento de riscos

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão suscetíveis a riscos financeiros, como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos.

a) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia decorre de depósitos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo.

As aplicações financeiras da Companhia são realizadas em instituições financeiras consolidadas no mercado com ratings em âmbito nacional de nível elevado.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência no contas a receber em aberto superior ao valor já provisionado.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa realizada na Companhia, é agregada pelo departamento de tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento.

4.2. Gestão de capital

O objetivo principal da gestão de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno aos stakeholders.

A Companhia utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômica. Em 31 de dezembro da 2025 a administração da Companhia considera a estrutura de capital adequada.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

b) Perda (impairment) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia e sua joint venture aplicam julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

No mínimo uma vez ao ano, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no investimento na *Investida*. O valor recuperável do investimento na *Investida* foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade de sua Investida.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025
Banco Itaú S.A.	2
Aplicações financeiras *	4.079
	<u>4.081</u>

(*) As aplicações financeiras são constituídas por certificados de depósitos bancários ("CDBs") mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa a curto prazo, e não de investimento e outros fundos. Possuem liquidez imediata, que podem, a qualquer momento, ser resgatados antecipadamente a critério da Companhia, sem perda de principal e juros auferidos até a data do resgate e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2025 a remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's é de 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta os seguintes saldos classificados como tributos a recuperar:

	2025
IRRF s/aplicações financeiras	26
IRPJ recolhidos a maior	3
CSLL recolhidos a maior	15
Total	<u>44</u>

8. Investimento

A Companhia concluiu a aquisição da DRS Holding em 28 de fevereiro de 2025 (“data da aquisição”), no qual foi adquirido 70,01% do capital social da Investida. Em ato contínuo à aquisição, ocorreu um aumento de capital na Investida em que a Companhia teve sua participação diluída para 49,04%. A Companhia utilizou o balanço patrimonial de conveniência em 28 de fevereiro de 2025 como base para aquisição. Em 30 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a reorganização societária do Grupo DRS, mediante a incorporação da DRS Holding de Sociedades Empresariais, Financeiras, Mercados de Saúde, Entretenimento e Afins S.A. pela Suportemed Distribuidora Comércio e Representação Comercial S.A. (“Suportemed” ou “Investida”), a qual se tornou eficaz nesta data.

Os detalhes dos pagamentos para aquisição da Suportemed são os seguintes:

	31/12/2025	Vencimento
Parcela à vista	68.149	-
Parcela a prazo (NE 10)	15.000	fev/26*
Total	<u>75.149</u>	

(*) O prazo de vencimento pode ser postergado anualmente a critério da Investida.

A movimentação o do investimento na investida é:

	28/02/2025	Distribuição de dividendos	Resultado de Equivalência patrimonial	31/12/2025
Acervo líquido a valor contábil	737	(4.545)	16.305	12.498
Goodwill	74.412	-	-	74.412
Total	<u>75.149</u>	<u>(4.545)</u>	<u>16.305</u>	<u>86.909</u>

Resumo do balanço patrimonial e resultado da Suportemed em 31 de dezembro de 2025:

Direta	Ativo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado (exercício de 2025)
Suportemed	170.070	25.500	183.007	33.268

Dado a data de aquisição ter sido em 28 de fevereiro de 2025, a Investida pela norma adotou a regra de consolidar o saldo total pelo Método de Equivalência Patrimonial de todo o exercício de 2025.

Na data-base das demonstrações financeiras, o Grupo é composto por oito empresas operacionais e conta com equipe superior a 250 profissionais especializados.

A Suportemed e suas controladas são, em conjunto, denominadas Companhia.

Descrição das atividades da Suportemed e suas controladas

Suportemed Distribuidora Comércio e Representação Comercial S.A.

A Companhia foi constituída em 2010 com o objetivo de centralizar as participações societárias e a gestão das operações das empresas que compõem o DRS Group, cuja origem remonta a 1995, com atuação inicial no fornecimento de medicamentos comparadores.

O DRS Group atua de forma integrada no setor farmacêutico e de ciências da vida, oferecendo soluções completas ao longo da cadeia de pesquisa clínica, logística e suporte ao paciente. Suas atividades incluem, principalmente:

- Fornecedor de medicamentos comparadores, insumos e equipamentos para pesquisa clínica;
- Serviços de armazenagem especializada, incluindo controle de temperatura, etiquetagem, cegamento, serialização e incineração;
- Transporte nacional e internacional de medicamentos, materiais biológicos e insumos;
- Assessoria aduaneira e operações de importação e exportação;
- Programas de suporte ao paciente (PSP) e serviços de home care;
- Montagem de kits laboratoriais ("Lab Kits") e soluções integradas para estudos clínicos.

A Companhia possui operações no Brasil e no exterior, contando com uma estrutura integrada e suporte tecnológico próprio (incluindo a plataforma DRS 360), atendendo clientes da indústria farmacêutica, CROs e instituições de pesquisa.

DRS Administração de Estoques Ltda.

Responsável pelas operações de armazenagem especializada (warehouse), incluindo gestão de inventário, controle de temperatura, etiquetagem, cegamento e processos logísticos associados a estudos clínicos.

DRS Importadora e Serviços Ltda.

Atua na assessoria aduaneira e nas operações de importação e exportação de medicamentos, insumos e materiais biológicos, incluindo estruturação regulatória e fiscal das operações internacionais.

DRS Courier Ltda.

Responsável pelo transporte nacional e internacional de produtos farmacêuticos e biológicos, com gestão multimodal, rastreabilidade e controle logístico especializado.

DRS Pharmacy & Home Care Ltda.

Atua na dispensação de medicamentos e na prestação de serviços de suporte ao paciente (PSP), incluindo programas de adesão a tratamento e operações de home care.

Shield Equipamentos de Tecnologia Indústria e Comércio de Embalagens Ltda.

Atua na produção de soluções térmicas e embalagens especializadas para transporte e armazenamento de produtos sensíveis, incluindo suporte à cadeia logística farmacêutica.

Youvita Health Care Ltda.

Focada em programas de suporte ao paciente, com serviços personalizados voltados à adesão terapêutica, acompanhamento e gestão de tratamentos.

Drive Research Solution (DRS) International Limited

Entidade internacional sediada na Irlanda, responsável pela coordenação de operações globais, sourcing internacional e suporte às atividades do Grupo fora do Brasil.

9. Tributos a recolher

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta os seguintes tributos a recolher:

	2025
PIS e COFINS a recolher – corrente	2
Total	<u>2</u>

10. Obrigação por aquisição

A obrigação por aquisição se refere ao saldo da aquisição do investimento realizada através da Suportemed (Nota 8).

Aquisições	Índice de correção	Data da aquisição	31/12/2025
Suportemed	SELIC	28/02/2025	16.810
Passivo Circulante			<u>16.810</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentado a movimentação das obrigações por aquisição:

	31/12/2025
Obrigação adquirida	15.000
Juros incorridos	1.810
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.810

11. Provisão para demandas judiciais

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até dez anos, com referência aos tributos federais e estaduais. Considerando as normas contábeis a respeito, notadamente a norma "provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas", a Companhia não tem contingências passivas ou valores cuja contabilização ou divulgação seja requerida.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 26 de fevereiro de 2025, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 85.000 através da emissão de 85.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 85.000 está representado por 85.000.100 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada, sendo R\$ 22.912 a integralizar, perfazendo R\$ 62.088 de capital integralizado.

b. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% de lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social.

O lucro líquido, quando existir, após as deduções, reservas e provisões legais e destinação de dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, terão a destinação que for determinada por deliberação dos acionistas em Assembleia.

O saldo remanescente dos lucros, após as deduções obrigatórias e a distribuição de dividendos, é destinado à constituição de reservas de lucros, conforme deliberação dos sócios ou acionistas.

PALERMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Dividendos e Juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Companhia não estabelece a obrigatoriedade de distribuição mínima de lucros.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 3.955.

O valor de dividendos a pagar em 31 de dezembro 2025 é de R\$2.000.

13. Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é composto da seguinte forma:

	2025
Serviço de contabilidade	31
Serviços advocatícios	11
Outras despesas administrativas	34
Total	<u>76</u>

14. Resultado financeiro

	2025
Receitas financeiras	
Rendas de aplicações financeiras - CDB	<u>262</u>
	262
Despesas financeiras	
Juros sobre obrigação por aquisição	(1.810)
Outros	<u>(1)</u>
	(1.811)
Total	<u>(1.549)</u>

15. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem como cotista dois fundos de investimento integrante do conglomerado financeiro do qual a Companhia pertence.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem um montante a receber de uma empresa integrante do conglomerado financeiro do qual a Companhia pertence de R\$ 2.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve pagamento de pessoal chave. A remuneração foi assumida pelo fundo acionista majoritário da Companhia.

16. Eventos subsequentes

Em 31 de março de 2026, foi aprovado a distribuição de dividendos no montante de R\$ 2.000 referente ao resultado apurado para o período findo em 31.12.2025.